Turmalina Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros

Av. Paulista, 2100 - São Paulo - SP — CNPJ nº 04.950.169/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis da empresa Turmalina Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com a legislação em vigor. Aprovado pela DIRETORIA. São Paulo, 26 de janeiro de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(em milhares de reais)	Notas	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		**131.699**	**119.775**
Disponibilidades	4	52	29
Ativos financeiros	3(c) e 5	130.256	118.476
Outros créditos		1.391	1.270
NÃO CIRCULANTE - Créditos tributários		**300**	**1.891**
TOTAL DO ATIVO		**131.999**	**121.666**

PASSIVO

(em milhares de reais)	Notas	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		**407**	**381**
Sociais e estatutárias		10	8
Obrigações fiscais e previdênciárias		397	373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	**131.592**	**121.285**
Capital social		113.348	113.348
Reservas de lucros		18.244	7.937
TOTAL DO PASSIVO		**131.999**	**121.666**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 7

(em milhares de reais)	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	**9.410**	**-**	**(6.062)**	**3.348**
Aumento de capital	110.000	-	-	110.000
Redução de capital - Absorção de prejuízo	(6.062)	-	6.062	-
Lucro líquido do período	-	-	7.945	7.945
Destinações:				
Reserva legal	-	397	(397)	-
Reserva especial	-	7.540	(7.540)	-
Dividendos	-	-	(8)	(8)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**113.348**	**7.937**	**-**	**121.285**
Lucro líquido do período	-	-	10.317	10.317
Destinações:				
Reserva legal	-	516	(516)	-
Reserva especial	-	9.791	(9.791)	-
Dividendos	-	-	(10)	(10)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**113.348**	**18.244**	**-**	**131.592**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)	Notas	2016	2015
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**15.595**	**12.002**
Receitas financeiras	5	16.416	12.379
Despesas administrativas		(55)	(1)
Despesas tributárias	6(a-II)	(766)	(376)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**15.595**	**12.002**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6(a-I)	**(5.278)**	**(4.057)**
Imposto de renda		(3.875)	(2.977)
Contribuição social		(1.403)	(1.080)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO E RESULTADO ABRANGENTE		**10.317**	**7.945**
Lucro líquido por ações - R$		**0,02**	**0,02**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)	Notas	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		**11.923**	**10.057**
Lucro do período		10.317	7.945
Ajuste ao lucro líquido:			
Provisão para imposto sobre o lucro corrente e diferido	6(a)	5.278	4.057
Impostos pagos - corrente		(3.672)	(1.945)
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES		**(112)**	**(1.664)**
Em outros créditos		(121)	(1.136)
Em obrigações fiscais e previdenciárias		9	(511)
Em outras obrigações diversas		-	(17)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**11.811**	**8.393**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ativos financeiros	5	(47.246)	(15.601)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(47.246)**	**(15.601)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		-	110.000
Dividendos pagos		(8)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(8)**	**110.000**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(35.443)**	**102.792**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	102.903	111
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	4	67.460	102.903
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(35.443)**	**102.792**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Turmalina Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Companhia) tem por objeto social a aquisição, junto a Instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, de créditos oriundos de operações de empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 26.01.2017 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As revisões dos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo CPC, com vigência para o período findo em 31.12.2016, não tiveram impactos significativos nestas demonstrações contábeis. **b) Moeda Funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - A apuração de resultado é efetuada pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Fluxo de caixa - • Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. • Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

c) Ativos financeiros - De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os ativos financeiros são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados, sendo ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) Disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com este objetivo, os rendimentos são reconhecidos no resultado e as variações no valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. (iii) Mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários nos quais a entidade tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

d) Mensuração do valor justo - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração. Quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade.

e) Ativos circulante e realizável a longo prazo, exceto ativos financeiros - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

f) Redução ao valor de recuperação – ativos não financeiros - O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Em 31.12.2016 e de 2015, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

g) Tributos - A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei nº 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS são 0,65% e 4,00%, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos advocatícios judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	52	29
Operações compromissadas – Títulos Públicos – Nota 5	67.408	102.874
Total	**67.460**	**102.903**

5. ATIVOS FINANCEIROS

	31.12.2016[1]	31.12.2015
Mensurados a valor justo por meio do resultado – Cotas de fundos de investimentos exclusivo [2] [3]	130.256	118.476
Tesouro Nacional – Títulos Públicos	63.150	15.591
Operações compromissadas – Títulos Públicos – Nota 4	67.408	102.874
Outros	(302)	11
Total	**130.256**	**118.476**

[1] Prazos de vencimentos até 90 dias.
[2] Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Safra.
[3] Nível 1 - Nota 3(d)

As referidas aplicações financeiras geraram receita no montante de R$ 16.305 (R$ 12.375 em 2015) e estão registradas na rubrica "Receitas financeiras".

Durante os períodos findos em 31.12.2016 e 31.12.2015, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos.

6. TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2016	2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**15.595**	**12.002**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes – Nota 3(g)	(5.302)	(4.081)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis/Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social do período	**(5.278)**	**(4.057)**

II - Despesas tributárias - Compostas basicamente de PIS/COFINS no montante de R$ (763) (R$ (375) em 2015).

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social totalmente integralizado está representado por 431.322.842 (431.322.842 em 31.12.2015) ações ordinárias sem valor nominal, todas nominativas.

b) Dividendos - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo de 0,1% do lucro líquido após as destinações legais e estatutárias. Em 31.12.2016, foram provisionados dividendos mínimo obrigatório no montante de R$ 10.

c) Reservas de lucros

	31.12.2016	31.12.2015
Reservas de lucros	**18.244**	**7.937**
Legal	913	397
Especial[1]	17.331	7.540

[1] A referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração - Em Assembléia Geral realizada em 26.04.2016, foi estabelecido o valor máximo anual de remuneração para a Diretoria no montante de R$ 50 (R$ 50 em 2015), referente ao ano de 2016. A remuneração recebida pela Diretoria no período de 2016 monta a R$ 30. A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária - Participação integral da empresa Sercom Comércio e Serviços Ltda.

c) Transações com partes relacionadas - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)	
	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades [1]	52	29
Sociais e estatutárias – Sercom Comércio e Serviços Ltda.	10	(8)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador).

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5.

9. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia mantém, através do Banco Safra S.A., um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o cumprimento das determinações legais, regulamentares, das melhores práticas de mercado e de suas políticas internas. O Banco Safra concentra na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional e na Diretoria de Análise de Crédito a gestão do risco de crédito, formando a base necessária para atendimento da regulamentação vigente. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos relevantes de crédito, liquidez, mercado ou outros, tendo em vista que seus ativos são basicamente representados por aplicações financeiras, créditos adquiridos e outros créditos.

A DIRETORIA

Luciana White Santos - Contador
CRC nº 1SP288461/O-2

(continua)